

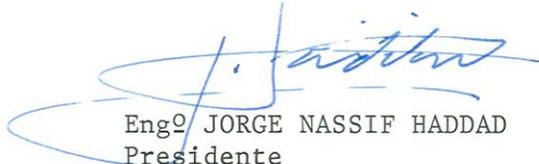


2ª SESSÃO SECRETA DA 11ª LEGISLATURA, EM 16.11.1994

Convocação

Nos termos da Lei Orgânica de Jundiaí, arts. 29 e 34, e do Regimento Interno, art. 92, e conforme requerimento verbal regimental do Vereador Antonio Augusto Giaretta aprovado pelo Plenário na Sessão Ordinária da presente data, CONVOCO os Srs. Vereadores para SESSÃO SECRETA a realizar-se imediatamente após o encerramento desta Sessão Ordinária.

Em 16 de novembro de 1994.


Engº JORGE NASSIF HADDAD
Presidente

*

ms.



Sessão Secreta

Jundiaí, 16 de Novembro de 1974 -

Atendendo convocação da 2ª Sessão Secreta da 11ª Legislatura em 16/11/74, com início às 21:40 (ante e ~~uma~~ hora e quarenta minutos) Foi feita a chamada com 21 dos senhores vereadores ^{presentes}. O Presidente da Câmara Municipal falou sobre matéria do jornal que falava sobre a questão sobre Ecologistas protestam contra loteamentos - recuado no jornal de Jundiaí, na terça - feira, - dia 15/Novembro/74 e ^{atí-} O Presidente ^{duidas as} Vereador Jair Hespanholto Nunes Filho leu a parte da matéria que ^{penha em} ^{devidas as} ^{responsabilidade} ^{dos} ^{vereadores} ^{de} ^{aprovarem} ^{projetos}. O vereador Jair Hespanholto falou da necessidade de alguns projetos terem que ter a união dos vereadores para melhor análise dos projetos. O vereador Felisberto Megri falou que o maior capítulo da nossa Lei Orgânica é sobre meio ambiente.

*



O presidente falou sobre a necessidade de quando fazer menções sobre a Câmara Municipal não ser genéricas e sem nominal.
O vereador José Simões do Carmo Filho falou que o projeto deveria ser defendido pelos vereadores que votaram contra. O vereador Mauro Menuchi pediu ao vereador Jair Hespanholato ~~confirmar~~ ou não a reportagem. O vereador Jair Hespanholato ^{disse} que não houve por parte dele a intenção de denegrir a imagem da Câmara Municipal. O vereador Erazo Martinho disse que o caso do projeto deveria ser melhor visto, pois convenceu com a pessoa que poderia ser beneficiado e a mesma disse que o projeto não tinha nada de irregular. Ele foi convidado para participar do manifesto mas que não o aceitou. Neste caso específico não haveria motivo de tanto estardalhaço, visto que, na época a imprensa publicou matéria jornalística a respeito.

*



O vereador Jair Hespanholato disse que não falou sobre a responsabilidade dos vereadores na matéria jornalística e muito menos que os projetos são votados à cega. O vereador Jair Hespanholato saiu da sala a pedido do Presidente da Câmara, para que os vereadores pudessem conversar a respeito. Usaram a palavra Antonio Carlos Leiva Neto, Euzé Martinho, Francisco de Assis Pogo, Carlos Alberto Besteti, Antonio Augusto Giarretta, Ailton Mano de Louza, Luiz Angelo Monti, José Lemos do Carmo Filho.

Ficou decidido por em votação as seguintes propostas: ① retratação ② advertências

Proposta ① 16 foram a favor da retratação e 4 contra;

Proposta ② 14 foram a favor a advertências e 6 contra;

Ficou decidido qual seria o tipo de punição: advertência verbal, suspensão por três sessões, suspensão por duas sessões, suspensão por 1 semana, suspensão por quatro dias.



Foi votada duas propostas :

Proposta 1 → advertência verbal → 17 a favor
e 3 contra.

Proposta 2 → suspensão por quatro dias →
16 contra - 4 a favor.

O presidente determinou que o vereador
Ary Castro Nunes Filho fizesse
a advertência verbal ao vereador Jair
Hespanholato. O vereador Jorge Massif
Haddad foi chamar o vereador Jair Hespa-
nholato para dar ciência do que foi
decidido na reunião secreta. O vereador
Jair Hespanholato concordou com a decisão
da reunião secreta. O vereador Ary Castro
Nunes fez a advertência verbal ao vereador
Jair Hespanholato, conforme decisão da presiden-
cia da Câmara. Feita chamada 21 vereadores
responderam a chamada, Nada Mais havendo,
eu, Eder Gugelmin registrei os fatos para
perpetua memória do evento, Jundiaí, 16 de
Novembro de 1994 - às 22:55.

Eder Gugelmin

*

Ecologistas protestam com

Os manifestantes plantaram três ipês como forma de protesto contra o

Cerca de vinte pessoas fizeram um protesto no terreno da Fredi Engenharia, na Quinta da boa Vista, neste domingo. Ao som de música clássica, os manifestantes plantaram três ipês como forma de protestar contra o desmatamento que está sendo feito no local para que seja feito o loteamento Village das Flores. A empresa tem autorização do DEPRN (Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais).

Ernesto Ruben de Oliveira, um dos organizadores do manifesto, tem um terreno ali perto e foi o responsável pela denúncia. "Eu vi na prefeitura a planta do loteamento; grande parte consta que esta é uma área que não permite desmatamento", afirma. A área em questão é um remanescente de Mata Atlântica, que é protegida por lei constitucional.

Segundo o ambientalista Flávio Gramolelli Jr., do Centro de Orientação Ambiental Terra Integrada e diretor do Comdema - Conselho Municipal do Meio Ambiente, recentemente reativado - é possível que loteamento pode não ser liberado pela prefeitura porque fica em área de proteção de mananciais.

A lei de zoneamento do local foi alterada pela Câmara Municipal no ano passado, transformando o terreno de S9 (chácaras de recreio) para S3 (liberado para loteamentos residenciais). "A lei foi votada no dia 8 de junho de 93, e saiu no Diário Oficial no dia 25. Quero saber que lei da câmara é aprovada em vinte dias", questiona Gramolelli. Agora ele vai convocar uma reunião urgente do Comdema para verificar o caso.

O desmatamento foi feito no

Workshop discute 'Cidades Saudáveis'

A Coordenadoria de Planejamento e a Secretaria de Saúde iniciaram ontem uma série de atividades em Jundiá para discutir o 'Projeto Cidades Saudáveis'. O evento está contando com a presença do canadense Jack Lee, autor do projeto piloto na cidade de Toronto, no Canadá, para divulgar os resultados do trabalho registrados no país. Jack Lee aproveitou o dia de

miolo da área, de forma que a vegetação que fica à vista da rua não foi tocada, dando a falsa impressão de que o terreno não foi alterado.

'Resistência'

Um dos três ipês que foram plantados no terreno da Fredi Engenharia foi batizado como "Resistência" pelos manifestantes ao som de música clássica que saía dos alto falantes da Kombi de um sindicato. Não faltou também uma roda de concentração feita por todos de mãos dadas.

Kiko de Matheo levou uma carreta com tocos e galhos de árvore colhidos na área, em forma de protesto.

Dentre as pessoas, que faziam o ato estava o vereador Jair Hespanholto (PSD) que, apesar de ter aprovado a mudança na lei do ano passado, tentava ser simpático aos manifestantes. "Eu não fazia parte do grupo que fez a lei, eu era oposição na época", justifica ele. Hespanholto concorda que falta mais atenção e responsabilidade por parte dos vereadores para que não votem às cegas qualquer projeto que vai a votação.

Apesar das várias leis ambientais que já protegem a natureza, o vereador quer criar mais uma, desta vez municipal, mas não sabe muito bem como fazê-la. Além da Mata Atlântica ser protegida por lei federal, a área central da Serra do Japi é tombada pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Turístico) e toda a cidade de Jundiá é Área de Proteção Ambiental - APA - em processo de votação tartaruga na Assembleia Legislativa.

ri, no gabinete, está marcada para amanhã.

Ana Muller explicou que o 'Projeto Cidades Saudáveis' representa hoje um novo conceito do processo de melhoria da qualidade de vida. "Na verdade, a idéia é despertar no indivíduo a consciência de que ele é um ser que integra e reflete as condições do meio social", explicou Ana.



Os manifestantes fizeram uma roda de mãos dadas.

Coati propõe abaixo-revogar a lei completa

O diretor-presidente do Centro de Orientação Ambiental Terra Integrada (Coati) e membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente (Comdema), Flávio Gramolelli Júnior, afirmou que a entidade irá organizar um abaixo assinado para revogar a lei de autoria do vereador Alberto Bestetti (PMDB), que alterou o zoneamento na Quinta da boa Vista, dando condições para que a Fredi Engenharia desmatasse e criasse um loteamento no local (veja matéria principal nesta página).

Segundo Gramolelli, são vários os fatores que propiciaram a situação chegar ao estágio em que chegou. "A Polícia Florestal em Jundiá tem apenas seis homens para atender seis cidades. É humanamente impossível

se fazer um trabalho nessas condições", disse.

Em fevereiro o Coati pediu um ofício para a Secretaria do Meio Ambiente para o aumento efetivo da Polícia Florestal em Jundiá. A Polícia Florestal recebeu o ofício do comando da Polícia Florestal e de Mananciais, mas o tenente Juliano um relatório das necessidades. "A Polícia Florestal em Jundiá, isto devido às nossas condições", disse.

Outro ponto é a Área de Proteção Ambiental (APA) criada em 1984 e que até hoje não foi regulamentada. "O projeto foi baseado na legislação de 1984, mas parece que não há um plano para atender seis cidades do Plano, e isto é o que ficam fazendo

Interpretação das leis ambientais

Acionar os órgãos responsáveis pelo meio ambiente e reunir todas as leis é, segundo a bióloga e vice-presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente (Comdema), Sílvia Vasconcelos, a providência mais urgente a ser tomada no momento.

que o mesmo já foi discutido em vários seguimentos da legislação, poderia respeitá-las sem ser aprovado", acrescenta.

Sílvia disse que vem acompanhando o processo de regulamentação do projeto e que as entidades representativas da comunidade devem ser ouvidas.



Câmara Municipal de Jundiaí

São Paulo
CEP 13200-000

Sessão Secreta

Diá: 16 / Novembro / 94

[Extensive cursive scribbles and illegible handwriting covering the page]

Lebach Du

Albman

~~Handwritten scribble~~
Johann

~~Handwritten scribble~~
Handwritten scribble

~~Handwritten scribble~~
Handwritten scribble

~~Handwritten scribble~~

Handwritten scribble

Handwritten scribble

Handwritten scribble

Handwritten scribble